

Eduardo Lopes Machado
Kalil Espindula Abdala

Lei dos Protestos

FACILITADA
+
QUESTÕES

Lei 9.492/1997

LEI DOS PROTESTOS

(Lei 9.492/1997)

Facilitada + Questões

Eduardo Lopes Machado

Kalil Espindula Abdala

ISBN 978-65-01-42496-5

APRESENTAÇÃO

A Lei nº 9.492/1997 representa um marco na organização dos serviços de protesto no Brasil, ao estabelecer regras claras e seguras para a atuação dos tabeliães, fortalecendo a cobrança extrajudicial e a proteção dos direitos creditórios. Neste contexto, a presente obra tem por objetivo tornar acessível o estudo dessa importante norma jurídica, atendendo tanto a estudantes e concurseiros quanto a profissionais do Direito que atuam na seara notarial, registral e de recuperação de crédito.

Fruto da experiência de Eduardo Machado e Kalil Abdala, o livro adota uma abordagem didática, clara e prática, facilitando a compreensão dos dispositivos legais. A explicação dos artigos é organizada em capítulos temáticos que vão desde os conceitos fundamentais até os aspectos operacionais e tecnológicos do protesto na atualidade. Exemplos, contextualizações e linguagem acessível são utilizados para integrar teoria e prática.

Além da exposição teórica, a obra se destaca pela inclusão de mais de 200 questões comentadas, elaboradas com base no texto da lei. As perguntas simulam situações reais e desafios de concursos públicos, trazendo explicações fundamentadas que reforçam o aprendizado. Também são abordadas as inovações tecnológicas recentes, como a escrituração eletrônica e a Central Nacional de Serviços Eletrônicos Compartilhados.

Este livro é um guia essencial para quem deseja dominar a Lei dos Protestos, seja para fins acadêmicos, para concursos ou para aplicação prática. Esperamos que esta leitura contribua para o aprofundamento do seu conhecimento e o fortalecimento de sua atuação profissional.

SUMÁRIO

O PROTESTO DE TÍTULOS E OUTROS DOCUMENTOS DE DÍVIDA: CONCEITO, COMPETÊNCIA E ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS.....	15
1. Conceito Jurídico de Protesto.....	15
1.1. Inclusão das Certidões de Dívida Ativa.....	15
2. Regime Jurídico dos Serviços de Protesto.....	16
3. Competência Exclusiva do Tabelião de Protesto.....	16
Conclusão.....	17
FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE PROTESTO: ATENDIMENTO, PROTOCOLIZAÇÃO E REGRAS ESPECÍFICAS PARA CHEQUES.....	18
1. Atendimento ao Público.....	18
2. Protocolização dos Documentos.....	18
2.1. Emissão de Recibo e Responsabilidade do Apresentante.....	18
3. Regras Especiais para o Protesto de Cheques.....	19
Conclusão.....	19
DISTRIBUIÇÃO E RECEBIMENTO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE DÍVIDA PARA PROTESTO: ORGANIZAÇÃO, MECANISMOS E RESPONSABILIDADES..	21
1. Regras de Distribuição de Títulos em Municípios com Múltiplos Tabelionatos.....	21
1.1. Organização da Distribuição.....	21
2. Recepção e Entrega dos Títulos para Protesto.....	21
2.1. Indicação Eletrônica de Duplicatas.....	22
2.2. Recepção de Títulos Escriturais por Extrato.....	22
Conclusão.....	23
REGIME JURÍDICO DOS TÍTULOS E DOCUMENTOS DE DÍVIDA: EXAME FORMAL, MOEDA ESTRANGEIRA, CORREÇÃO MONETÁRIA E INCENTIVO À SOLUÇÃO NEGOCIAL PRÉVIA.....	24
1. Exame Formal dos Títulos Apresentados para Protesto.....	24
2. Protesto de Títulos em Moeda Estrangeira.....	24
2.1. Requisitos Específicos.....	24
3. Correção Monetária e Momento da Conversão.....	25
4. Solução Negocial Prévia ao Protesto.....	25
4.1. Requisitos e Procedimentos.....	26
4.2. Efeitos Jurídicos da Proposta.....	26
4.3. Cálculo de Emolumentos e Demais Despesas.....	26
Conclusão.....	27
PRAZOS E CONDIÇÕES PARA O REGISTRO DO PROTESTO: CONTAGEM, INTIMAÇÃO E SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS.....	29
1. Prazo para o Registro do Protesto.....	29
1.1. Critérios de Contagem do Prazo.....	29
1.2. Definição de Dia Não Útil.....	29
2. Situações Excepcionais na Intimação.....	30

Conclusão.....	30
INTIMAÇÃO NO PROCEDIMENTO DE PROTESTO: FORMAS, PRAZOS, MEIOS ELETRÔNICOS E RESPONSABILIDADES.....	31
1. Expedição da Intimação ao Devedor.....	31
1.1. Meios de Expedição da Intimação.....	31
1.2. Conteúdo Obrigatório da Intimação.....	31
2. Utilização de Meios Eletrônicos.....	32
2.1. Ausência de Comprovação de Recebimento.....	32
2.2. Intimação por Edital em Caso de Falha na Entrega.....	32
2.3. Conceito de Dia Útil.....	33
3. Hipóteses e Procedimentos para Intimação por Edital.....	33
3.1. Publicação e Afixação do Edital.....	33
3.2. Responsabilidade por Endereço Incorreto.....	33
Conclusão.....	34
RETIRADA, SUSTAÇÃO JUDICIAL E DÚVIDAS NO PROCEDIMENTO DE PROTESTO DE TÍTULOS.....	35
1. Retirada do Título antes da Lavratura do Protesto.....	35
2. Sustação Judicial do Protesto.....	35
2.1. Destinação do Título Sustado.....	35
2.2. Restrições quanto a atos posteriores.....	35
2.3. Revogação da Sustação.....	36
2.4. Encaminhamento do Título ao Juízo.....	36
3. Resolução de Dúvidas pelo Juízo Competente.....	36
Conclusão.....	37
PAGAMENTO DO TÍTULO NO TABELIONATO DE PROTESTO: FORMAS, PRAZOS, CONDIÇÕES E EFEITOS JURÍDICOS.....	38
1. Pagamento Direto ao Tabelionato Competente.....	38
2. Regras para o Oferecimento de Pagamento.....	38
3. Quitação e Disponibilização ao Apresentante.....	38
4. Pagamento Mediante Cheque.....	39
5. Pagamento Parcial e Parcelas Vincendas.....	39
Conclusão.....	39
LAVRATURA, REGISTRO E REQUISITOS FORMAIS DO PROTESTO: HIPÓTESES, FUNDAMENTOS, LIMITAÇÕES E EFEITOS JURÍDICOS.....	41
1. Lavratura e Registro do Protesto.....	41
2. Hipóteses de Protesto: Motivos e Fundamentos.....	41
2.1. Regras Específicas por Tipo de Protesto.....	41
2.2. Obrigatoriedade da Identificação dos Devedores.....	42
3. Requisitos do Registro e do Instrumento de Protesto.....	42
3.1. Exceção à Transcrição Literal.....	42
4. Registro em Livro Único e Fins Especiais.....	43
4.1. Limitação para Fins Falimentares.....	43

5. Concordata e Protesto.....	43
Conclusão.....	43
AVERBAÇÃO, CANCELAMENTO E RENEGOCIAÇÃO DE PROTESTOS: MECANISMOS DE CORREÇÃO, EXTINÇÃO E INCENTIVO À REGULARIZAÇÃO DA DÍVIDA.....	45
1. Averbação de Retificação de Erros Materiais.....	45
1.1. Requisitos da Averbação.....	45
2. Cancelamento do Registro do Protesto.....	45
2.1. Ausência do Documento Original.....	46
2.2. Cancelamento Judicial e Extinção Judicial da Obrigação.....	46
2.3. Forma e Registro do Cancelamento.....	47
3. Medidas de Incentivo à Renegociação de Dívidas Protestadas.....	47
3.1. Possibilidades e Instrumentos de Negociação.....	47
3.2. Custas e Despesas.....	47
3.3. Competência Exclusiva dos Tabeliães e Limites Normativos.....	48
3.4. Condicionamento do Pagamento ao Êxito da Renegociação.....	48
Conclusão.....	49
CERTIDÕES E INFORMAÇÕES RELACIONADAS AO PROTESTO: REGRAS DE EXPEDIÇÃO, CONTEÚDO, PUBLICIDADE E ACESSO.....	50
1. Expedição de Certidões pelo Tabelionato de Protesto.....	50
1.1. Conteúdo Obrigatório das Certidões.....	50
1.2. Exclusão de Registros Cancelados.....	51
2. Certidão Negativa em Caso de Homonímia Verificável.....	51
3. Certidões Diárias para Entidades de Proteção ao Crédito.....	51
3.1. Sanções pelo Descumprimento.....	51
4. Estrutura e Abrangência das Certidões, Informações e Relações.....	52
5. Acesso às Certidões por Interessados.....	52
Conclusão.....	53
ORGANIZAÇÃO, CONSERVAÇÃO E ARQUIVAMENTO DOS DOCUMENTOS NOS TABELIONATOS DE PROTESTO: LIVROS, ÍNDICES E PRAZOS LEGAIS.....	53
1. Livro de Protocolo: Forma, Conteúdo e Escrituração.....	53
2. Livro de Registro de Protestos: Abertura, Encerramento e Formalidades.....	54
3. Índices de Localização de Protestos.....	55
3.1. Referências Obrigatórias nos Índices.....	55
4. Arquivamento de Documentos no Tabelionato.....	55
4.1. Prazos de Conservação.....	56
4.2. Documentação em Meio Eletrônico.....	56
4.3. Conservação de Mandados de Sustação.....	56
5. Prazos Gerais de Arquivamento.....	56
Conclusão.....	57
REMUNERAÇÃO DOS TABELIÃES DE PROTESTO: EMOLUMENTOS, DEPÓSITOS PRÉVIOS E REPASSES.....	58

1. Remuneração dos Tabeliães de Protesto.....	58
2. Depósito Prévio de Emolumentos e Despesas.....	58
3. Transparência na Cobrança dos Atos.....	58
4. Digitalização e Gravação Eletrônica de Documentos.....	58
5. Repasses a Entes Públicos e Outros Serviços.....	59
Conclusão.....	59
RESPONSABILIDADE CIVIL, AUTENTICIDADE DE DOCUMENTOS, JUROS, MEIOS TECNOLÓGICOS E CENTRAL ELETRÔNICA DOS TABELIÃES DE PROTESTO.....	60
1. Responsabilidade Civil dos Tabeliães de Protesto.....	60
2. Valor Jurídico da Reprodução de Documentos.....	60
3. Termo Inicial para Incidência de Encargos.....	60
4. Adoção de Meios Tecnológicos.....	61
5. Central Nacional de Serviços Eletrônicos Compartilhados.....	61
5.1. Serviços Obrigatórios da Central.....	61
5.2. Dever de Compartilhamento de Informações com o Poder Público.....	62
5.3. Adesão Obrigatória e Sanção Disciplinar.....	62
5.4. Serviços Adicionais e Operação em Convênio.....	62
5.5. Regime de Gratuidade e Livre Estipulação de Preços.....	62
5.6. Execução de Serviços de Legislação Correlata.....	63
Conclusão.....	63
Questão 1).....	64
Questão 2).....	64
Questão 3).....	65
Questão 4).....	65
Questão 5).....	66
Questão 6).....	66
Questão 7).....	67
Questão 8).....	67
Questão 9).....	67
Questão 10).....	68
Questão 11).....	68
Questão 12).....	69
Questão 13).....	69
Questão 14).....	70
Questão 15).....	70
Questão 16).....	71
Questão 17).....	71
Questão 18).....	72
Questão 19).....	72
Questão 20).....	73
Questão 21).....	73

Questão 22).....	74
Questão 23).....	74
Questão 24).....	75
Questão 25).....	75
Questão 26).....	76
Questão 27).....	76
Questão 28).....	77
Questão 29).....	77
Questão 30).....	78
Questão 31).....	78
Questão 32).....	79
Questão 33).....	79
Questão 34).....	80
Questão 35).....	80
Questão 36).....	81
Questão 37).....	81
Questão 38).....	82
Questão 39).....	82
Questão 40).....	83
Questão 41).....	83
Questão 42).....	84
Questão 43).....	85
Questão 44).....	85
Questão 45).....	86
Questão 46).....	86
Questão 47).....	87
Questão 48).....	87
Questão 49).....	87
Questão 50).....	88
Questão 51).....	88
Questão 52).....	89
Questão 53).....	90
Questão 54).....	90
Questão 55).....	91
Questão 56).....	92
Questão 57).....	92
Questão 58).....	93
Questão 59).....	93
Questão 60).....	94
Questão 61).....	94
Questão 62).....	95

Questão 63).....	95
Questão 64).....	96
Questão 65).....	96
Questão 66).....	97
Questão 67).....	97
Questão 68).....	98
Questão 69).....	98
Questão 70).....	99
Questão 71).....	99
Questão 72).....	100
Questão 73).....	100
Questão 74).....	101
Questão 75).....	102
Questão 76).....	102
Questão 77).....	103
Questão 78).....	103
Questão 79).....	103
Questão 80).....	104
Questão 81).....	105
Questão 82).....	105
Questão 83).....	106
Questão 84).....	106
Questão 85).....	107
Questão 86).....	107
Questão 87).....	108
Questão 88).....	108
Questão 89).....	109
Questão 90).....	109
Questão 91).....	110
Questão 92).....	110
Questão 93).....	111
Questão 94).....	111
Questão 95).....	112
Questão 96).....	112
Questão 97).....	113
Questão 98).....	113
Questão 99).....	114
Questão 100).....	114
Questão 101).....	115
Questão 102).....	115
Questão 103).....	115

Questão 104).....	116
Questão 105).....	116
Questão 106).....	117
Questão 107).....	117
Questão 108).....	118
Questão 109).....	118
Questão 110).....	119
Questão 111).....	119
Questão 112).....	120
Questão 113).....	120
Questão 114).....	121
Questão 116).....	122
Questão 117).....	122
Questão 118).....	123
Questão 119).....	123
Questão 120).....	124
Questão 121).....	124
Questão 122).....	125
Questão 123).....	125
Questão 124).....	126
Questão 125).....	126
Questão 126).....	127
Questão 128).....	128
Questão 129).....	128
Questão 130).....	129
Questão 131).....	129
Questão 132).....	129
Questão 133).....	130
Questão 134).....	130
Questão 135).....	131
Questão 136).....	131
Questão 137).....	132
Questão 138).....	132
Questão 139).....	133
Questão 140).....	133
Questão 141).....	134
Questão 142).....	134
Questão 143).....	135
Questão 144).....	135
Questão 145).....	136
Questão 146).....	136

Questão 147).....	136
Questão 148).....	137
Questão 149).....	137
Questão 150).....	138
Questão 151).....	138
Questão 152).....	139
Questão 153).....	139
Questão 154).....	139
Questão 155).....	140
Questão 156).....	141
Questão 157).....	141
Questão 158).....	142
Questão 159).....	142
Questão 160).....	143
Questão 161).....	143
Questão 162).....	143
Questão 163).....	144
Questão 164).....	144
Questão 165).....	145
Questão 166).....	145
Questão 167).....	146
Questão 168).....	146
Questão 169).....	147
Questão 170).....	147
Questão 171).....	148
Questão 172).....	148
Questão 173).....	149
Questão 174).....	149
Questão 175).....	149
Questão 176).....	150
Questão 177).....	150
Questão 178).....	151
Questão 179).....	151
Questão 180).....	152
Questão 181).....	152
Questão 182).....	153
Questão 183).....	153
Questão 184).....	154
Questão 185).....	154
Questão 186).....	155
Questão 187).....	155

Questão 188).....	155
Questão 189).....	156
Questão 190).....	156
Questão 191).....	157
Questão 192).....	157
Questão 193).....	158
Questão 194).....	158
Questão 195).....	159
Questão 196).....	159
Questão 197).....	160
Questão 198).....	160
Questão 199).....	161
Questão 200).....	161
Questão 201).....	161
Questão 202).....	162
Questão 203).....	162
Questão 204).....	163
Questão 205).....	163
Questão 206).....	164
Questão 207).....	164
Questão 208).....	165
Questão 209).....	165
Questão 210).....	166
Questão 211).....	166
Questão 212).....	167
Questão 213).....	167
Questão 214).....	168
Questão 216).....	168
Questão 217).....	169
Questão 218).....	169
Questão 219).....	170
Questão 220).....	170
Questão 221).....	171
Questão 222).....	171
Questão 223).....	172
Questão 224).....	172
Questão 226).....	173
Questão 227).....	174
Questão 228).....	174
Questão 229).....	175
Questão 230).....	175

Questão 231).....	176
Questão 232).....	176
Questão 233).....	177
Questão 234).....	177
Questão 235).....	178
Questão 236).....	178
Questão 237).....	179
Questão 238).....	179
Questão 239).....	180
Questão 240).....	180
Questão 241).....	181
Questão 242).....	181
Questão 243).....	182
Questão 244).....	182
Questão 245).....	182
Questão 246).....	183
Questão 247).....	183
Questão 248).....	184
Questão 249).....	184
Questão 250).....	185

LEI DOS PROTESTOS

(Lei 9.492/1997)

CAPÍTULO I - Da Competência e das Atribuições

O PROTESTO DE TÍTULOS E OUTROS DOCUMENTOS DE DÍVIDA: CONCEITO, COMPETÊNCIA E ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

1. Conceito Jurídico de Protesto

O protesto é um instituto jurídico formal e solene destinado a caracterizar e comprovar, por meio de procedimento dotado de fé pública, a inadimplência e o descumprimento de obrigações derivadas de títulos ou outros documentos que representem dívida. Trata-se de mecanismo utilizado para dar publicidade à mora do devedor, preservando direitos do credor e fornecendo prova hábil da recusa ou omissão no cumprimento da obrigação pecuniária.

Esse ato tem como função principal tornar incontestável a falta de pagamento de uma obrigação vencida, viabilizando a adoção de medidas posteriores, inclusive judiciais, e ensejando consequências jurídicas específicas, como a incidência de encargos legais e a possibilidade de inscrição em cadastros de inadimplentes.

1.1. Inclusão das Certidões de Dívida Ativa

O parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 9.492/1997 amplia o rol dos documentos sujeitos ao protesto, ao incluir expressamente as certidões de dívida ativa (CDA) emitidas por entes da Administração Pública direta e indireta. Estão compreendidas nesse contexto:

- A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
- Suas respectivas autarquias e fundações públicas.

A previsão legal permite que tais certidões, que gozam de presunção de certeza e liquidez, sejam levadas a protesto como forma de intensificar a cobrança extrajudicial dos créditos públicos.

2. Regime Jurídico dos Serviços de Protesto

Os serviços relacionados ao protesto estão inseridos no âmbito das atividades notariais e registrais, regidos por regime jurídico próprio estabelecido na Lei nº 9.492/1997. Esses serviços são estruturados com base nos seguintes princípios:

- **Autenticidade:** assegura que os atos sejam realizados com base em documentos verdadeiros e com fé pública;
- **Publicidade:** garante o acesso às informações dos atos protestados a terceiros interessados;
- **Segurança:** proporciona proteção jurídica às partes envolvidas e à sociedade;
- **Eficácia:** confere força probatória ao protesto, gerando efeitos jurídicos imediatos.

Tais princípios justificam a natureza pública dos serviços de protesto, ainda que prestados por delegação do Poder Público.

3. Competência Exclusiva do Tabelião de Protesto

A competência para a prática dos atos relacionados ao protesto é atribuída de forma privativa ao Tabelião de Protesto de Títulos, cuja atuação conjuga a tutela de interesses privados (partes envolvidas) e públicos (preservação da ordem e segurança jurídica).

Compete ao tabelião, de acordo com o artigo 3º da Lei:

- Protocolar os títulos e documentos de dívida apresentados para protesto;
- Intimar o devedor, de forma pessoal ou por edital, conforme o caso;
- Registrar a devolução do título ou o aceite, quando houver manifestação do devedor nesse sentido;
- Receber o pagamento do título ou documento de dívida dentro do prazo legal;
- Lavrar o protesto nos casos de inadimplemento;
- Registrar o protesto em seus livros próprios;
- Acatar, se requerida, a desistência do credor em relação ao protesto, antes de sua efetivação;
- Realizar averbações relacionadas ao título protestado;
- Fornecer informações sobre os atos praticados no cartório;
- Emitir certidões relativas a todos os atos decorrentes do protesto, conforme os parâmetros legais.

A atuação do tabelião, portanto, vai além da simples lavratura do protesto, abrangendo a integralidade do procedimento, desde o recebimento do título até a emissão das certidões correspondentes, em respeito ao princípio da continuidade e da legalidade dos atos notariais.

Conclusão

O protesto de títulos e outros documentos de dívida configura-se como mecanismo essencial para a preservação dos direitos creditórios e para a efetividade da cobrança extrajudicial, especialmente no contexto da desjudicialização de demandas. A Lei nº 9.492/1997 estrutura esse instituto de maneira a assegurar a publicidade, a segurança e a eficácia dos atos, conferindo ao Tabelião de Protesto um papel central e exclusivo na condução dos procedimentos.

Sua aplicação tem ampla relevância tanto na esfera privada, quanto na cobrança de créditos públicos, o que o torna objeto frequente de cobrança em concursos públicos, especialmente aqueles voltados para a área jurídica e para serventias extrajudiciais. Para a prática profissional, o domínio técnico do tema é igualmente indispensável, dada a sua recorrência na atuação de advogados, procuradores públicos, tabeliães e demais operadores do Direito.

CAPÍTULO II - Da Ordem dos Serviços

FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE PROTESTO: ATENDIMENTO, PROTOCOLIZAÇÃO E REGRAS ESPECÍFICAS PARA CHEQUES

1. Atendimento ao Público

A Lei nº 9.492/1997 estabelece, em seu artigo 4º, que os serviços de protesto devem assegurar atendimento ao público por, no mínimo, seis horas diárias. Essa exigência visa garantir o acesso contínuo e adequado da população aos serviços notariais, promovendo a efetividade e a eficiência da atividade extrajudicial.

Essa disposição normativa reforça o caráter de serviço público delegado que o tabelionato de protesto exerce, devendo atender aos princípios da continuidade e da disponibilidade do serviço, compatíveis com o interesse público subjacente à função notarial.

2. Protocolização dos Documentos

Nos termos do artigo 5º da referida lei, todo documento apresentado ou distribuído durante o horário de expediente regulamentar deve ser protocolizado no prazo máximo de vinte e quatro horas. A regra impõe ainda o respeito à ordem cronológica de entrega, garantindo isonomia no tratamento dos interessados e segurança jurídica na tramitação dos atos.

2.1. Emissão de Recibo e Responsabilidade do Apresentante

O parágrafo único do artigo 5º determina que o apresentante do título ou documento de dívida receberá recibo contendo as características essenciais do objeto apresentado. Nesse contexto, ressalta-se:

- O recibo deve conter os elementos mínimos que permitam a identificação do título ou documento, assegurando transparência e rastreabilidade no procedimento;

- A responsabilidade pelas informações prestadas recai integralmente sobre o apresentante, eximindo o tabelionato de responsabilidade por eventuais erros ou omissões nos dados fornecidos.

Essa disposição visa garantir a confiabilidade do serviço sem comprometer a neutralidade do tabelião, cuja função é formalizar os atos com base nas declarações das partes interessadas.

3. Regras Especiais para o Protesto de Cheques

O artigo 6º da Lei nº 9.492/1997 dispõe sobre hipóteses específicas aplicáveis ao protesto de cheques, introduzindo particularidades relevantes quanto à sua lavratura:

- O protesto pode ser realizado no local indicado para o pagamento ou no domicílio do emitente do cheque;
- Para a lavratura válida do protesto, o cheque deve conter prova de sua apresentação ao banco sacado, isto é, demonstrar que foi submetido à instituição financeira para pagamento dentro do prazo legal;
- Excepcionalmente, dispensa-se essa exigência quando o protesto visa instruir medidas ajuizadas contra o próprio banco, hipótese em que o foco do protesto não recai sobre o inadimplemento do emitente, mas sobre a atuação do estabelecimento de crédito.

Essa disciplina especial busca resguardar os princípios cambiários aplicáveis aos cheques e assegurar a higidez da relação jurídica subjacente, permitindo que o protesto seja utilizado tanto como meio de cobrança quanto como instrumento de prova em ações judiciais.

Conclusão

O funcionamento dos serviços de protesto é regido por normas que asseguram o atendimento mínimo ao público, a protocolização tempestiva e ordenada dos documentos, e a emissão de recibos que resguardecem o apresentante e o tabelionato. O legislador ainda contempla situações específicas, como a do protesto de cheques, que exigem requisitos próprios para a validade do ato, harmonizando os princípios do Direito Cambiário com a sistemática dos serviços extrajudiciais.

Para a prática jurídica e notarial, esses dispositivos apresentam importância significativa, pois estabelecem parâmetros operacionais e procedimentais que impactam